ANEXO I

DECLARAÇÃO QUE NÃO EXERÇO FUNÇÃO PÚBLICA

Eu, _____, CPF/MF nº _____, Declaro para fins de comprovação junto à Secretaria Municipal de Saúde que NÃO EXERÇO FUNÇÃO PÚBLICA, conforme o disposto no artigo 37, incisos XVI e XVII, da Constituição Federal em vigor, responsabilizando-me penalmente, civilmente e criminalmente na forma da lei. Por ser verdade, firmo o presente.

Senador Canedo,__ /__ /__

_____

Assinatura do Representante Legal

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOR IMPEDITIVO DE HABILITAÇÃO

A empresa _____, CNPJ nº _____, representada pelo(a) Sr.(a) _____, portador(a) do CPF/MF nº_____, DECLARA, para fins legais, a inexistência de impedimentos para contratar com a administração pública, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores. Por ser verdade, firmo o presente.

Senador Canedo, __/__ /__.

_____

Assinatura do Representante Legal

ANEXO III

DECLARAÇÃO DE VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES E CONCORDÂNCIA

Declaro para todos os fins que as informações e documentos apresentados são verdadeiros, bem como, que concordo com as cláusulas estabelecidas no Edital de Credenciamento nº__ /__ Instituto de Assistência Médica dos Servidores de Senador Canedo- IAMESC . Por ser verdade, firmo o presente.

Senador Canedo,__ /__ /_

_____

Assinatura do Representante Legal

ANEXO IV

Declaração, de cumprimento do disposto no Inciso XXXIII, do Art. 7º da Constituição Federal de 1988

A empresa _____, CNPJ nº _____, representada pelo(a) Sr.(a) _____, portador(a) do CPF/MF nº_____, DECLARA, para fins legais, que não possui no seu quadro de funcionários, menores de dezoito anos e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos em cumprimento ao disposto no art. 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal de 1988. Por ser verdade, firmo o presente.

Senador Canedo, __/__ /_

_____

Assinatura do Representante Legal

ANEXO V

RELAÇÃO DOS SERVIÇOS

Ofício nº <nº do Ofício>/20XX Senador Canedo, <dia> de <mês> de <ano>.

A Excelentíssima Senhora
Presidente do Instituto de Assistência à Saúde do Servidor Público de Senador Canedo – IAMESC

Assunto: *Solicitação de CREDENCIAMENTO junto ao IAMESC.*

Referência: *Edital de Chamamento Público IAMESC nº XXX/20XXX.*

Senhora Presidente,

O(A) ***<Razão Social>***, *pessoa jurídica de direito privado*, devidamente inscrito(a) no CNPJ sob o nº ***<Número do CNPJ>***, CNES nº ***<Número do CNES>***, Situado(a) na ***<Endereço Completo com CEP>***, ***<Telefone>***, ***<e-mail institucional>***, neste ato representado por seu(ua) proprietário(a) ***<Nome do Proprietário>***, ***<Nacionalidade>***,***<Estado Civil>***, ***<Profissão>***, portador do RG nº ***<Número do RG / Órgão Expedidor>***, inscrito no CPF sob o nº ***<Número do CPF>***, vem por meio desta, solicitar credenciamento junto ao Instituto de Assistência Médica do Servidor Publico de Senador Canedo - IAMESC, para execução de serviços da área de odontologia.

Para tal, segue abaixo a relação de serviços a serem prestados mensalmente, tudo de acordo com os valores constantes da Tabela IAMESC:
Fonte: Tabela Iamesc- Publicada no Diário Oficial do Município.

_____

<Nome do Proprietário>
<Número do CPF>
<Número do CNPJ>

ANEXO VI

DOCUMENTOS RELATIVOS À HABILITAÇÃO JURÍDICA E À REGULARIDADE FISCAL

- ***Documentação relativa à HABILITAÇÃO JURÍDICA;***

a)Cédula de identidade do representante legal da empresa;
b) Ato constitutivo, Estatuto ou Contrato social em vigor, devidamente registrado, acompanhado dos documentos comprobatórios de eleição de seus administradores, quando aplicável;
c) Cartão de CNPJ atualizado, com validade 90 dias (Comprovante de inscrição e situação cadastral ativa);
d) Comprovante de endereço atualizado, com validade 90 dias, com indicação de telefone para contato e -mail;
e) Alvará Sanitário atualizado, expedido pela Vigilância Sanitária competente;
f) Cópia do Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde/CNES ativo e atualizado;
g) Indicação do responsável técnico do serviço, por área, acompanhado do registro do mesmo no respectivo conselho de classe;
h) Relação dos serviços a serem executados, em papel timbrado e assinado pelo representante legal;
i) Relação de corpo clínico dos serviços prestados ao IAMESC - (Anexo VII) .

j) Certidão de regularidade fiscal perante: a Fazenda Federal, Fazenda Estadual de Goiás, e Fazenda Municipal do domicílio ou sede do proponente;
k) Certidão de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), emitida pela Caixa Econômica Federal.
l) Certidão de regularidade relativa junto à Justiça do Trabalho através da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT.

-

m) Declaração individual dos sócios da empresa, que não exerçam cargo, emprego ou função pública em papel timbrado da empresa e assinado pelo Representante Legal; (Anexo I);
n) Declaração de que inexistem fatos impeditivos para contratar com a administração pública em papel timbrado da empresa e assinado pelo Representante Legal (Anexo II);
o) Declaração de veracidade de informações e concordância em papel timbrado da empresa e assinado pelo Representante Legal (Anexo III);
p) Se empresa, declaração de que não possui em seu quadro permanente menor de 18 anos de idade em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menor 16 anos de idade, em trabalho de qualquer natureza, exceto na condição de menor aprendiz, a partir de 14 anos de idade, em cumprimento do disposto no Inciso XXXIII, do Art. 7º da Constituição Federal de 1988, em papel timbrado da empresa e assinado pelo Representante Legal (Anexo IV)

- **OBS: Todos os documentos exigidos neste edital deverão estar com a data de validade em vigor na data do envio da proposta.**

2. Da documentação da HABILITAÇÃO ECONÔMICA-FINANCEIRA e da VERIFICAÇÃO DE IMPEDIMENTOS

2.1 Para fins de comprovação da habilitação econômico-financeira, bem como da inexistência de impedimentos legais para contratar com a Administração Pública, as interessadas deverão apresentar a seguinte documentação, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021:

I- Regularidade econômico-financeira

a) **Certidão negativa de falência ou de recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica**, na forma da Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, e do inciso II do art. 69 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, emitida há, no máximo, 90 (noventa) dias da data de abertura do chamamento público, quando não constar prazo de validade expresso no documento;

II. Verificação de impedimentos e sanções

a) Certidão negativa de registro no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS;
b) Certidão negativa de registro no Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, conforme disposto no § 4º do art. 91 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021;
c) Certidão negativa de condenações cíveis por atos de improbidade administrativa e de inelegibilidade, emitida pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ, nos termos da legislação vigente.

2.2. A inexistência de registros nos cadastros e certidões mencionados neste item constitui condição indispensável para o credenciamento, assegurando a observância dos princípios da legalidade, moralidade, probidade administrativa, segurança jurídica e interesse público.

ANEXO VII - RELAÇÃO DO CORPO CLÍNICO

Eu _____, (informar a sigla do Conselho de Classe) /_____, Diretor (a) Técnico (a) da empresa denominada _____, CNPJ nº: _____, declaro para os devidos fins que os profissionais/especialistas que prestaram atendimento no estabelecimento para atendimento nos termos do Edital de chamamento público nº_____/2026 são os seguintes:

Nº DO CONSELHO	NOME COMPLETO	ESPECIALIDADE

Local, _____ de _____ de _____.

_____

Nome completo e assinatura Diretor Técnico-Profissional

_____

Nome completo e assinatura do Representante Legal da Empresa